

AS REIVINDICAÇÕES QUE CONSTRUÍMOS COM O CONHECIMENTO DA REALIDADE

Com o trabalho sistemático desenvolvido pela Inter-Reformados com um forte envolvimento de um grande número de sindicatos e de federações onde funcionam departamentos/comissões de reformados/aposentados/pensionistas foi possível, em Janeiro de 2013, realizar a sua 7ª Conferência, já em plena crise económica.

O resultado desta conferência permitiu-lhe desenvolver o trabalho reivindicativo que tem vindo a concretizar, com as necessárias atualizações que a realidade impõe.

Várias têm sido as ações desencadeadas para que as reivindicações se concretizem. As vitórias têm sido escassas, considerando o número de ações desenvolvidas, mas, em momentos políticos tão graves como os que estamos a viver, há que fazer outra contabilização das vitórias há que incluir o que também se impede com as lutas.

É necessário relevar duas questões em aberto e que fazem parte das reivindicações da 7ª Conferência a consagração do direito à proteção na dependência e a definição de uma política integrada para a população reformada e idosa.

Vamos à luta, EXIGINDO:

- ➔ **A criação** de uma taxa contributiva que incida sobre a riqueza criada nas empresas (valor acrescentado líquido), a complementar a contribuição sobre os salários, como garante da sustentabilidade da Segurança Social, para além do emprego estável
- ➔ **O aumento anual** de todas as pensões de reforma e dos apoios sociais
- ➔ **A revogação** do Fator de Sustentabilidade e das medidas relativas ao aumento da idade da reforma/aposentação
- ➔ **A devolução** de todos os montantes roubados às pensões desde 2011
- ➔ **A devolução** dos subsídios de férias e de natal, confiscados em 2012
- ➔ **A estabilização** das regras para o cálculo das pensões
- ➔ **A reposição** do pagamento do subsídio de natal no mês Novembro, terminando com o pagamento em duodécimos
- ➔ **A reposição** de todos os complementos de reforma
- ➔ **A reposição** dos direitos dos reformados nos contratos coletivos e regulamentos internos das empresas
- ➔ **A redução** de 50% no custo dos passes sociais
- ➔ **O direito** a uma habitação digna

NA SAÚDE

- ➔ **A defesa do Serviço Nacional de Saúde** público, universal e gratuito
- ➔ **A revogação** das taxas moderadoras
- ➔ **A melhoria das estruturas** de apoio aos idosos, nomeadamente nos equipamentos, considerando o envelhecimento da população e o crescente aumento da esperança média de vida
- ➔ **O reforço** da rede de cuidados primários de saúde
- ➔ **O alargamento** da rede pública de cuidados continuados e de lares
- ➔ **A consolidação** da ADSE como sistema de saúde autónomo da Administração Pública a par do reforço e melhoria dos serviços prestados aos beneficiários
- ➔ **A revogação** do aumento da contribuição para a ADSE, sistema já suportado em mais de 60% pelos trabalhadores e que num ano aumentou de 1,5% para 3,5% (+ 133%)

NA FISCALIDADE

- ➔ **A implementação de uma política fiscal mais justa** e que esteja ao serviço do país, o que passa por aumentar a receita fiscal através da taxação do capital e da diminuição dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e das pensões de reforma
- ➔ **O combate à fraude** e à evasão fiscal e contributiva
- ➔ **O alargamento dos escalões de IRS** e aumento das deduções à coleta, nomeadamente, em despesas de saúde e habitação
- ➔ **A revogação da sobretaxa** (3,5%) de IRS
- ➔ **A eliminação total** da Contribuição Extraordinária de Solidariedade
- ➔ **O desagravamento** do IVA e IMI



25 ANOS DE LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS REFORMADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS!

Em 10 de Novembro deste ano completaremos 25 anos como organização da CGTP-IN. A nossa força resulta da vontade de continuarmos ligados aos nossos Sindicatos, após a passagem à condição de reformados ou aposentados.

Ao longo das nossas vidas, trabalhamos, descontámos para termos pensões de reforma, de acordo com regras estabelecidas, nunca para sermos desrespeitados, com roubos e mais roubos feitos pelos sucessivos governos desde o PS ao actual governo de direita de PSD/CDS-PP, que atingiram já os 5 mil milhões de euros.

E como encara a direita os reformados e o seu envelhecimento? Da pior maneira, conduzindo à pobreza um cada vez maior número de idosos, reformados, em que 60% tem pensões baixas. Exigimos a revalorização de todas as pensões de reforma, redução dos impostos que tão gravosamente as afetam, como IRS, IVA e IMI.

O envelhecimento, com o aumento da esperança média de vida, uma grande conquista civilizacional, exige políticas sociais adequadas à realidade, que respondam à necessidade de melhor saúde, com o reforço da rede de cuidados primários, continuados e de lares, com revogação de taxas moderadoras no S.N.S.. Queremos passear, conviver, ter acesso à cultura e ao lazer, entre outras condições que nos permitam envelhecer dignamente.

Somos mais de 3 milhões de reformados, não queremos ser encarados como "consumidores de recursos" ou meros votantes passivos. Temos memória! Nas próximas eleições legislativas não queremos a alternância que nos tem "tramado".

Uma verdadeira alternativa patriótica tem de ser à esquerda, porque "a direita dá cabo de nós". Vamos continuar a lutar lado-a-lado com os trabalhadores, organizados nas comissões de reformados, nos departamentos de aposentados, sempre na defesa intransigente dos nossos direitos.

Unidos venceremos!

EM MAIO PARA REFORÇAR ABRIL



Os trabalhadores reformados estão cada vez mais conscientes das dificuldades impostas por este governo PSD/CDS, que ultrapassando largamente as já infames propostas da troika.

A Inter-Reformados tem denunciado sistematicamente as causas da perda continuada dos nossos rendimentos, com as inevitáveis e dramáticas consequências económicas e sociais.

Comissão de Reformados do STML uma experiência



A Comissão de Reformados do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, conta já com 19 anos de atividade. É sua principal missão promover a manutenção da vinculação sindical dos associados após a sua passagem à reforma, encarando a aposentação como um novo ciclo na vida dos trabalhadores, que importa prosseguir de forma socialmente activa, empenhada e solidária. Sempre que um associado se reforma, é-lhe remetida uma carta em que se expõe a importância da continuidade da ligação ao sindicato, convidando-o a participar nas actividades da Comissão.

Reune mensalmente para debater os temas político-sociais que interessam aos trabalhadores aposentados, estimulando o seu envolvimento nas acções promovidas pelo Movimento Sindical Unitário; organiza mensalmente visitas guiadas a centros e exposições de natureza cultural; participa nos Encontros e Conferências realizados pelas estruturas sindicais de Reformados; articula a sua acção com a direcção do Sindicato, com a CGTP/Inter-Reformados e com a Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum.

Comunica e divulga as suas actividades recorrendo aos meios disponíveis, nomeadamente: colaboração no boletim bimestral do sindicato; manutenção da página "Reformados" no sítio do sindicato na web; envio de cartas e de mensagens via e-mail e SMS; colocação de comunicados em painéis sindicais nos refeitórios municipais.

São mulheres e homens que viveram a juventude em tempos de ditadura, que sofreram os efeitos das guerras coloniais; que pagaram sempre os impostos sobre o rendimento do seu trabalho; que descontaram sempre para a segurança social do Estado; que dedicaram décadas de trabalho empenhado ao serviço dos municípios de Lisboa e à defesa dos interesses dos trabalhadores. E que agora, numa fase avançada das suas vidas, sendo confrontados com políticas e políticos que lhes roubam as pensões e retiram direitos, não se resignam nem desistem de lutar.

web: www.stml.pt
Telefone: 218 885 430
e-mail: aposentados@stml.pt

O Orçamento do Estado para 2015 é mais um exemplo dos falaciosos argumentos do governo, pois mantém medidas redutoras que atingem os alvos do costume: reformados e trabalhadores.

São os casos da manutenção da CES, embora com âmbito mais reduzido, do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos, da continuação da sobretaxa de 3,5% no IRS, do congelamento de todas as pensões (excepção para as mínimas) que nem o PS, já em campanha pré-eleitoral, se propõe aumentar. O governo, ao prosseguir esta política, está a condenar à pobreza e à exclusão social grande parte da população e a fazer dela o suporte preferencial para a redução do défice.

Foi num quadro de contestação que se desenrolaram as grandes acções do 25 de Abril e do 1º de Maio, duas datas com uma importância capital para a nossa geração, nas quais participámos activamente.

A Inter-Reformados de Lisboa realizou um almoço comemorativo do 25 de Abril, com a participação de uma centena de reformados, tendo esta iniciativa contado com uma componente de análise político-sindical, complementada com uma tarde cultural.

A Comissão Nacional de Aposentados de Sindicatos da Frente Comum levou a efeito, a 8 de Maio, uma jornada de esclarecimento e luta na baixa lisboeta, que incluiu uma exposição e debate sobre a evolução da protecção social e a destruição dos direitos dos reformados.

O espírito de Abril tem de ser mantido e reforçado para bem de todos nós que acreditamos num país mais democrático e socialmente mais justo.

AS POLÍTICAS SOCIAIS E O ASSISTENCIALISMO

Fernando Marques

Ao analisarem-se hoje as políticas sociais a primeira questão a colocar é a natureza dos principais problemas sociais do país. Existem, em minha opinião, quatro.

O PRIMEIRO é o da garantia de um adequado nível de vida a uma elevada população reformada. Temos uma população envelhecida e um elevado número de reformados. Ora, apesar de progressos feitos ao nível das pensões mínimas, verifica-se que 60% desta população tem baixas ou muito baixas pensões.

O SEGUNDO respeita à persistência e agravamento da pobreza. O chamado "risco" de pobreza e de exclusão social atinge 27,5% da população em 2013. Este valor incorpora um aumento de 300 mil pessoas desde 2011. O problema da pobreza dos idosos não está ultrapassado. Mas o que hoje é igualmente relevante é haver cada vez mais pessoas pobres em idade activa (como os 11% de trabalhadores e os mais de 40% de desempregados).

O TERCEIRO tem a ver com o desemprego, sobretudo o de longa duração que hoje atinge a maioria, e a precariedade de emprego. À medida que aumenta a duração do desemprego é maior o risco de se cair na pobreza e na exclusão.

O QUARTO respeita ao risco de maiores desigualdades no futuro em resultado das actuais medidas de enfraquecimento das políticas sociais. Somos uma sociedade com rendimentos baixos e com fortes desigualdades sociais. Que estão a crescer. Por exemplo, na saúde aumentou a parte da despesa paga pelo utente.

Que respostas e qual a natureza das políticas em curso? Precisamos de ter crescimento económico para financiar as políticas sociais necessárias. Para isso há que romper com a tendência de baixo crescimento e com o enfraquecimento da capacidade produtiva devido à quebra do investimento, à perda de qualificações

causada pelo desemprego e à emigração.

Vale a pena salientar que temos uma situação demográfica preocupante. Não podemos dizer que a causa é a política de austeridade porque há tendências que vêm de antes, como a baixa fecundidade. Mas agravou. Projeções de evolução da população apontam para a sua forte quebra nas próximas décadas. Hoje o próprio governo fala em políticas de natalidade o mesmo governo que desarticulou as políticas de apoio à família!

Como financiar as políticas sociais? Os factores críticos são o crescimento, o emprego, os salários e a justiça fiscal. Mais crescimento económico origina mais receita de contribuições sociais e de impostos.

Mas chegará? Não podemos esquecer que os encargos anuais com a dívida pública representam mais de 5% do PIB. Para a direita o problema resolve-se obtendo elevados saldos orçamentais. Não se importam de pôr em causa a despesa social pois o seu objectivo é precisamente atacar o Estado Social.

Não podemos pois separar a questão do nível (insustentável) da dívida pública do futuro das políticas sociais. Nem podemos evitar a questão dos impostos. É o nosso nível fiscal (o seu valor no PIB) exagerado? A nosso ver o

problema de fundo não reside neste nível (que aliás é inferior ao da zona euro) mas, sobretudo, no exagerado peso dos que recaem sobre o trabalho assalariado e os pensionistas. Ou seja, o problema está na injustiça fiscal.

Hoje fala-se muito na reforma do Estado e há quem de boa-fé argumente haver ineficiências e desperdício de recursos. Mas não é por isso que se quer tal reforma. Quer-se antes reduzir a despesa social e, sobretudo, substituir prestações sociais atribuídas na base de direitos por apoios ou prestações assistencialistas. Darei dois exemplos. O primeiro é o da criação pelo Governo do Programa de Emergência Social focado na carência alimentar e na delegação de funções nas IPSS – quando, ao mesmo tempo, se reduz drasticamente o número de beneficiários de prestações do sistema de Protecção Social de Cidadania. O segundo é o do abono de família. Passámos de um valor uniforme para escalões; em 2010 eliminaram-se os escalões com valor superior ao IAS; em 2013 o FMI propôs eliminar o 3º escalão. Ou seja, há todo o caminho no sentido da substituição de uma prestação universalista por uma prestação de valor uniforme dirigida aos pobres. Em suma e em conclusão: o que está em causa é substituir o Estado Social pelo assistencialismo.

